



A comunidade quilombola volante do São José (Sergipe Del Rey, século XIX)

*Igor Fonseca de Oliveira**

RESUMO

No início da década de 1870, os matos do Vale do Cotinguiba, principal região agro-econômica de Sergipe Del Rey, foram usados como cenários de resistência e de esperança para muitos escravizados e escravizadas que escaparam das propriedades onde residiam e passaram a se reunir em quilombos. Mesmo quando estavam posicionados em municípios mais distantes, os ranchos que compunham esses quilombos eram, em não raras ocasiões, acessados por uma pequena comunidade quilombola, que, estrategicamente, encontrou no descolamento contínuo, na dispersão e na interação, sobretudo com as comunidades das senzalas, os suprimentos, os meios e as condições necessárias para sobreviverem. Os sentidos desses deslocamentos, compreendidos a partir do conceito de comunidade volante proposto por Flávio Gomes e Maria Helena Pereira Toledo Machado, assim como a importância da rede de apoio que permeava os quilombos, serão aqui apresentados a partir da análise das experiências dos escravizados e escravizadas que integravam a comunidade quilombola do São José.

Palavras-chave: quilombos volantes; comunidades de senzalas; resistência; Vale do Cotinguiba; Sergipe Del Rey

The Mobile Quilombola Community of São José (Sergipe Del Rey, 19th Century)

ABSTRACT

In the early 1870s, many enslaved people who escaped the properties where they lived and worked used the forests of the Cotinguiba Valley — the main agro-economic region of

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02405411>

Artigo recebido em 7 de outubro de 2022 e aceito para publicação em 21 de novembro de 2022.

* Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira / Campus dos Malês, São Francisco do Conde, BA – Brasil. E-mail: igoroliveira@unilab.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0587-2492>.

Sergipe Del Rey, Brazil — to build communities of resistance and hope called “quilombos”. These communities, even those established in more distant municipalities, were mobile, and people often clandestinely returned to the slave quarters of the ranches they had escaped from in order to secure supplies. They strategically resorted, thus, to continuous detachment, dispersion and interaction to ensure their survival. The meanings of these displacements, understood from the concept of mobile community proposed by Flávio Gomes and Maria Helena Pereira Toledo Machado, as well as the importance of the support network that permeated the quilombos, will be presented based on the analysis of the experiences of enslaved men and women who were part of the São José quilombola community.

Keywords: Quilombos Volantes; Communities; Resistance; Cotinguiba Valley; Sergipe Del Rey

La comunidad quilombola rodante de São José (Sergipe Del Rey, siglo XIX)

RESUMEN

Al inicio de la década de 1870, los montes del Vale do Cotinguiba, principal región agroeconómica de Sergipe Del Rey, fueron usados como escenarios de resistencia y de esperanza para muchos esclavizados y esclavizadas que escaparon de las propiedades donde residían y lograron reunirse en los quilombos. Aunque estaban localizados en municipios más distantes, los ranchos que componían esos quilombos eran en no raras ocasiones, accesados por una pequeña comunidad del quilombo, que, estratégicamente, encontró en el desplazamiento continuo, en la dispersión y en la interacción, sobre todo con las comunidades de las senzalas, los suministros, los medios y las condiciones necesarias para sobrevivir. Los sentidos de esos desplazamientos, comprendidos a través del concepto de comunidad rodante propuesto por Flávio Gomes y Maria Helena Pereira Toledo Machado, así como la importancia de la red de apoyo que permeaba los quilombos, serán aquí presentados a partir del análisis de las experiencias de los esclavizados y esclavizadas que integraban esta comunidad de quilombo de São José.

Palabras Clave: quilombos rodantes; comunidades de senzalas; resistencia; Vale do Cotinguiba; Sergipe Del Rey

Há anos os estudos dedicados aos quilombos vêm destacando o quanto a mobilidade entre um ou mais mocambos era uma estratégia importante para a sobrevivência desses re-dutos, mesmo para os que detinham estruturas política, administrativa e de segurança mais complexas. Muitos pesquisadores vêm salientando o quanto os deslocamentos estavam relacionados, não apenas com o modo como os quilombolas interagem com a sociedade situada no entorno dos quilombos, mas ainda com a estrutura econômica que passaria a ser desen-

volvida por eles. Tomando como parâmetro esse aspecto, pode-se perceber que os quilombos que detinham maior poder de mobilidade seriam, exatamente, os que não desenvolviam qualquer espécie de atividade produtiva. Décio Freitas (1982, p. 41), por exemplo, denominou enquanto *quilombos predatórios* aqueles que viviam, exclusivamente, da expropriação de produtos e animais das propriedades escravistas. Trata-se de um conceito muito próximo ao proposto depois por Stuart Schwartz (2001, p. 228), o qual denominou enquanto *parasitária* a economia dos mocambos desenvolvida por meio de assaltos nas estradas, roubo de gado, invasões e extorsão. Já Marcia Amantino (2008, p. 121) indicou que alguns quilombos do Rio de Janeiro e das Minas Gerais do século XVIII, alvos dos seus estudos, poderiam ser enquadrados enquanto *dependentes*, visto que os seus membros não conseguiam prover a sua própria existência; desprovidos de uma atividade econômica de autossustentação, dedicavam-se à prática de razias, assaltos e roubos.

Mais recentemente, Marcia Amantino e Manolo Florentino reacenderam as discussões sobre as tipologias dos quilombos ao indicar que um olhar mais atencioso para as suas estruturas poderia impedir anomalias conceituais. Indo além do aspecto econômico, eles salientaram que a maioria dos *palenques, cumbes, quilombos, marrons e maniels* americanos estava reduzida a meras *hordas nômades*, ou seja: “ajuntamentos fundados mais no princípio da adesão do que em saldos entre natalidade e mortalidade, mais na coleta, caça e roubos do que na agricultura como estratégia de reprodução econômica” (AMANTINO; FLORENTINO, 2012, p. 272).

Em estudo sobre o processo de interiorização de São Paulo e o surgimento de comunidades quilombolas entre os séculos XVIII e XIX, Flávio Gomes e Maria Helena P. T. Machado (2011, p. 94) indicaram que qualquer análise no sentido de criar tipologias para os quilombos deve considerar não apenas os cenários sociodemográfico e econômico onde eles surgiram, mas ainda a geografia onde eles estariam a atuar, além da capacidade de migração e aliança com os diversos setores envolventes. Nesse mesmo estudo, os autores apresentaram o conceito de *quilombos volantes*, nome dado aos pequenos agrupamentos, compostos sobretudo por escravizados fugidos do sexo masculino, que desapareciam e apareciam em um rápido piscar de olhos e que vagavam sem qualquer direcionamento mais preciso, porém sempre acompanhando um movimento de interiorização decorrente da abertura de novas zonas e cinturões agrícolas na região Sudeste, principalmente em São Paulo.

O itinerismo dos quilombos do Brasil não era um dado relativamente novo. Foi Clóvis Moura (1981) quem dedicou, pioneiramente, uma maior atenção não apenas ao caráter móvel dos quilombos do Brasil, mas ainda ao modo como o poder de mobilidade deles estava plenamente associado não apenas à necessidade de escapar, mas ainda à de se articular socioeconomicamente com a sociedade escravista. Em suma, Clóvis Moura (2022, p. 31) nos ensinaria que o quilombo, “além de não ser completamente defensivo, nunca foi, também, uma organização isolada”.

Independentemente do fato de eles serem sedentários, dedicados à agricultura, volantes ou itinerantes e, por isso, desenvolvedores de uma economia pautada no escambo e no roubo ou saque de alimentos, o que se pode depreender a partir da análise das experiências e dos deslocamentos promovidos pelas comunidades quilombolas, era que elas possuíam uma enorme consciência política de onde ir, quando ir e a quem recorrer durante essas andanças.

Neste artigo, procuro destacar como o deslocamento constante entre dois ou mais ranchos, dispostos em ambientes distintos no interior das matas, se constituía em uma das principais estratégias de sobrevivência dos quilombolas do Vale do Cotinguiba, durante a década de 1870. Tomo, como caso exemplar, as experiências dos escravizados e escravizadas que se reuniram nas matas do Engenho São José, da vila de Rosário do Catete. O meu propósito consiste em compreender não apenas a lógica – pessoal e comunitária – dos constantes deslocamentos promovidos por esses quilombolas, mas ainda indicar como as suas redes de apoio e sociabilidade eram compostas por pessoas que, embora não estivessem na mesma condição, estariam, de certo modo, a integrar aquela comunidade.

Os cenários da itinerância: engenhos, matos e ranchos do Cotinguiba

Entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, os pilares que escoravam a economia da então Capitania de Sergipe Del Rey passaram por um intenso processo de reestruturação, muito em decorrência da possibilidade de ocupar uma parcela do mercado internacional que se mostrava aberta diante da desarticulação da produção açucareira nas Antilhas (NUNES, 2000, p. 22). Nesse processo de inserção e maior interação com o mercado internacional, o número de engenhos em Sergipe passou, entre os anos de 1756 e 1823, respectivamente, de 48 para 347, pulando depois para 679 no ano de 1852. Quatro anos depois, podia-se notar que 50% das propriedades açucareiras existentes em Sergipe estavam situados no Vale do Cotinguiba, o que permitiu com que essa região despontasse como o seu principal cinturão agrícola (ALMEIDA, 1984, p. 108).

Os atrativos naturais dessa região eram muitos; reunia clima e solo propícios, além de um relevo pouco acidentado. Também existiam ali muitos rios que permitiam o escoamento da produção açucareira sem maiores entraves até os portos, com destaque para o Cotinguiba. Impulsionados pelos negócios do açúcar, os pequenos núcleos populacionais que ali existiam não demorariam a ascenderem em importância. Em meados do século XIX, quando a estrutura administrativa e política de Sergipe estava, praticamente, consolidada, o Vale do Cotinguiba abrangia as cidades de Aracaju, Laranjeiras e Maruim e as vilas de Santo Amaro, Rosário do Catete, Divina Pastora, Capela, Nossa Senhora do Socorro, Japarutuba e Riachuelo. Segundo dados do censo populacional de 1872, residiam nesses municípios,

aproximadamente, 35% da população de Sergipe. Tais municípios concentravam ainda 45% da população escravizada dessa província.¹

O açúcar do Vale do Cotinguiba era produzido em pequenos engenhos, que, desprovidos de aparatos produtivos mais modernos, espremiam as suas plantações nas áreas mais próximas dos rios, deixando uma enorme extensão das propriedades serem ocupadas apenas por matas. Era, exatamente, nesses ambientes de vegetação mais densa onde os quilombolas procurariam erguer seus ranchos.

Mesmo essas matas proporcionando uma importante cumplicidade natural, elas não impediam que os ranchos dos quilombolas pudessem ser atacados sem maiores entraves. Na verdade, o maior obstáculo que as operações coordenadas pela Secretaria de Polícia de Sergipe estaria a encarar era o apoio prestado aos quilombolas por pessoas que residiam no entorno dos seus pousos, principalmente por escravizados das senzalas.

Tais alianças e os contínuos deslocamentos decorrentes delas contribuíram para a perpetuação da resistência quilombola em Sergipe até a derrocada do escravismo (MOURA, 1981, p. 125). Houve pesquisadores de Sergipe que, ao se debruçarem na documentação produzida sobre os quilombos do Vale do Cotinguiba, indicaram o quanto essas interações e andanças estavam associadas à prática de delitos e roubos ou a uma economia *parasitária* e/ou *predatória* (SANTOS, 1992, p. 34; SANTOS, 1997, p. 113; AMARAL, 2012, p. 162 e 187).

Entendo que essa mera associação pouco contribui para a compreensão da complexidade dos aspectos socioeconômicos que estavam sendo operados nos quilombos. O mesmo pode ser dito em relação às alianças que os quilombolas costumavam impetrar com escravizados, escravizadas e muitos outros membros da sociedade escravista, inclusive com agentes públicos e proprietários de engenhos (GOMES, 2006, p. 59). Seguirei aqui os ensinamentos de Donald Ramos (2008, p. 186), estudioso que revelou que as relações entretidas por essas pessoas estavam muito mais para simbióticas do que para parasitárias. É a partir da perspectiva de interação mútua, do auxílio recíproco (os quilombolas não eram os únicos amparados, providos e protegidos), que se procurou observar cada uma das relações entretidas com e pela comunidade do São José.

Sociabilidade, parentesco e itinerância

Tudo indica que as primeiras reuniões de quilombolas pelos matos do Engenho São José datam do início da década de 1870, período esse que, não coincidentemente, seria

¹ No processo de recenseamento da população de Sergipe no decorrer do ano de 1872, as paróquias de São Félix de Pacatuba, Nossa Senhora da Purificação da Capela, Nossa Senhora das Dores, Santo Antônio e Almas de Itabaiana e Nossa Senhora da Boa Hora do Campo do Brito acabaram não enviando os dados populacionais. Todavia, muito provavelmente o cômputo dos dados dessas localidades não mudaria muito o quadro populacional aqui exposto.

marcado por um aumento do número de denúncias acerca da existência de quilombos no Vale do Cotinguiba. Na verdade, desde meados da década de 1860 que a Secretaria de Polícia de Sergipe se mostrava empenhada em reprimir as “reuniões de escravos fugidos” nessa região.

No ano de 1867, por exemplo, a documentação produzida no âmbito dessa Secretaria demonstra que as operações estavam se concentrando mais em Vila Nova, Capela e Rosário, Laranjeiras e Maruim.² Já nos primeiros meses de 1869, o raio das operações contra os quilombos parecia ser um pouco maior, uma vez que abrangia ainda o termo de Divina Pastora.³ Em março de 1871, uma operação contra as matas dos engenhos Floresta e Bulandeira, ambos da vila de Rosário do Catete, deixou de capturar os quilombolas devido aos avisos prestados pelos escravizados das senzalas.⁴

Meses depois, uma nova marcha estava prestes a rumar contra os matos dos engenhos Limeira e Quindongá, situados na vila de Divina Pastora. Todavia, ainda durante os preparativos, preveniu-se que os quilombolas poderiam estar cientes da operação em curso, visto que estariam de “coloio” com soldados da Guarda Nacional.⁵ Em agosto de 1871, uma diligência direcionada contra as matas do Engenho Limeira encontrou apenas uma “grande quantidade de ranchos” abandonados.⁶

Mesmo malogrando nos seus principais intentos, essas operações contribuiriam para que parte dos quilombolas residentes nos matos dos engenhos acima mencionados migrasse para as matas do Engenho São José. O primeiro documento a apontar a existência de um quilombo nessas matas data de 23 de setembro de 1871. Trata-se de uma correspondência do Tenente Comandante Jeremias Roberto de Carvalho, responsável pelo destacamento da vila de Rosário de Catete, em que ele presta contas para o chefe de polícia de Sergipe a respeito de uma diligência que realizou, dias antes, em consórcio com as delegacias das vilas de Capela e Japarutuba. No intuito de melhor compreender como essa marcha acabou sendo arregimentada, quais as estratégias empregadas, os pontos inspecionados e o que mais de relevante ocorreu durante o seu curso, me basearei aqui não apenas ao que o Tenente Jeremias

² Relatório de autoria de Antero Cícero d’Assis, chefe de polícia de Sergipe, datado de 10 jan. 1867, anexado ao relatório com que foi aberta, no dia 21 jan. 1867, a segunda sessão da décima sexta legislatura da Assembleia Provincial da Província de Sergipe pelo exmo. snr. presidente dr. José Pereira da Silva Moraes, 1867, p. 7-8. Ver: Provincial Presidential Reports: Sergipe | CRL Digital Delivery System. Acesso em: 25 set. 2023.

³ Relatório com que o ismo. exmo. snr. dr. Evaristo Ferreira da Veiga passou a administração da província de Sergipe ao ismo. exmo. snr. Barão de Propriá, no dia 17 jun. 1869. Ver: Provincial Presidential Reports: Sergipe | CRL Digital Delivery System. Acesso em: 23 set. 2023.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (APES). Fundo: SP¹ - Ofícios recebidos e expedidos pela Secretaria de Segurança Pública. Pacotilha: 373. Ofício do Capitão Comandante da Força de Rosário do Catete, João Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, em 15 mar. 1871.

⁵ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado de Divina Pastora ao chefe de polícia de Sergipe, em 29 jun. 1871.

⁶ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do segundo suplente do delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antonio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Alexandre Pinto Lobão, de 10 ago. 1871.

escreveu, mas ainda aos registros produzidos pelos delegados de Japarutuba, Tenente Manoel Dias de Almeida, e da vila da Capela, Manoel Pereira dos Anjos.

Muito provavelmente a ideia de uma diligência envolvendo as delegacias das vilas de Japarutuba, Capela e Rosário do Catete partiu do próprio Palácio do Governo de Sergipe. Supõe-se que essa era uma medida estratégica, não apenas devido à proximidade entre essas povoações, mas ainda pela possibilidade de encorpar e munir melhor a diligência, uma vez que essa passaria a contar com um maior número de praças.

Tudo ocorreria de modo muito rápido. Em apenas uma semana os acordos necessários para dar início a essa marcha estavam devidamente pactuados.⁷ O destino dela deveria ser as matas do Engenho São José – onde se acreditava estar reunidos, mais ou menos, 30 quilombolas –, e outras dos termos da Capela e Rosário.⁸ Não era uma missão simples, especialmente por conta do perímetro a ser percorrido.

Sabendo disso, o Tenente Jeremias, eleito para comandar a operação, optou por promover ataques síncronos em pontos distintos. No seu plano, o destacamento de Rosário de Catete deveria percorrer os matos do Engenho Jurema, enquanto que os das vilas da Capela e Japarutuba deveriam inspecionar os do Engenho São José.⁹ Na noite de 13 de setembro de 1871, o Tenente Jeremias, os delegados da Capela e Japarutuba e mais 245 soldados – entre praças da polícia e da Guarda Nacional – se encontraram no Engenho Ladeira, ponto estratégico de onde deveria iniciar a marcha contra o São José. Todavia, assim que começaram a repassar o plano do “cerco das matas”, algumas pessoas apareceram revelando-os que “os negros já estavam avisados” e que, sempre que ocorria qualquer movimento na direção deles, partiam “para o engenho e as senzalas do senhor Tavares”, dono do São José.¹⁰

Mesmo diante da possibilidade de estar “perdido este cerco”, optou-se por seguir com ele. No entanto, como não se podia precisar em quais dos dois engenhos de nome São José, ambos de propriedade de Francisco Tavares, os quilombolas estariam escondidos, deliberou-se que o cerco deveria se dividir mais uma vez, de modo que se permitisse inspecionar, concomitantemente, o “engenho novo” e as “senzalas do [antigo] engenho São José”. Naquela mesma noite, o Tenente Jeremias e parte dos soldados percorreram as instalações do “engenho novo”, porém não encontraram ninguém. Logo que o dia amanheceu, adentraram as matas, onde não demoraram a se deparar com alguns ranchos antigos e abandonados. Seguindo com a inspeção, pouco mais adiante, eles encontraram “dois ranchos novos” repletos de resíduos e vestígios de que estavam sendo ocupados instantes antes.¹¹

⁷ APES. Fundo: SP¹. Pac. 301. Correspondência do Palácio do Governo da Província de Sergipe, 1º Seção, em 5 set. 1871. N° 154.

⁸ APES. Fundo: SP¹. Pac. 373. Ofício do Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, comandante do destacamento da Vila de Capela, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, em 23 set. 1871.

⁹ APES. Fundo: SP¹. Pac. 301. Correspondência de autoria de Manoel Pereira dos Anjos direcionada ao chefe de polícia interino de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, em 5 out. 1871.

¹⁰ *Idem.*

¹¹ *Idem.*

Enquanto isso, Manoel Pereira e o delegado de Japarutuba estariam cercando o antigo São José. Logo ao amanhecer, o Tenente Manoel Dias pediu permissão ao senhor Tavares “para correr as senzalas”. Em um primeiro momento, essa permissão acabou sendo negada. Todavia, minutos depois, notadamente contrariado, Tavares acabou cedendo e autorizou que “corressem as senzalas”, não sem antes dizer que “os escravos fugidos não estavam” ali, e sim “nas matas”. Também disse que eles se encontravam preparados, armados e em número de vinte e dois, “mas que nem o chefe de polícia, nem o presidente da província com mil praças os prenderiam, quanto mais o delegado [de Japarutuba]” com aquele destacamento composto por uma “cambada de bêbados”. Já ele, com apenas os “seus escravos, quando quisesse, os prendiam”.¹²

Iniciada as inspeções nas senzalas, os soldados encontraram dezesseis escravizados, porém nenhum deles acabou sendo reconhecido como pertencente aos quilombos. Inclusive, o próprio Tavares indicou que eles eram da sua propriedade e, por isso, “nada responderiam”.¹³ Não podendo interrogá-los, a marcha voltou suas atenções “para as matas”, onde não demorou a encontrar “um rancho de quilombos” abandonado, disposto a cerca de 300 metros “do oitão das senzalas”. Em seguida, não muito distante de onde os soldados estavam, seriam encontrados “diversos outros ranchos vazios”, porém com nítidos vestígios de que estavam sendo usados. Os matos do Engenho Palma e uma gruta entre os engenhos Cabral e o Canavieira seriam igualmente percorridos naquele dia, porém sem qualquer sucesso.¹⁴

Mesmo essa operação encerrando suas atividades sem sequer avistar um quilombola, não se pode, ainda assim, dizer que ela acabou sendo, em sua integralidade, improdutiva. No curso dela, por exemplo, constatou-se que os matos do São José se constituíam, realmente, nos principais pousos dos quilombolas que estavam a agir nas imediações das vilas de Rosário do Catete, Capela e Japarutuba. Também se notou uma postura muito suspeita por parte do senhor Tavares, visto que ele se mostrou estar ciente e pouco incomodado com a presença daquele acoitamento em sua propriedade. Tratava-se de uma conduta perigosa, que ia de encontro à prestada por muitos outros proprietários de engenhos da região, os quais vinham não apenas denunciando, mas ainda contribuindo com as marchas. Tais suspeitas seriam robustecidas com a notícia de que “alguns dos escravos que estavam nas senzalas” do São José durante a inspeção eram, na verdade, quilombolas que “estavam [ali] guardados”, contando com a sua “proteção”.¹⁵

O acoitamento de escravizados fugidos era muito mais comum do que os documentos primários permitem perceber. Há, aparentemente, um consenso de que a maioria das pes-

¹² APES. Fundo: SP¹. Pac. 301. Correspondência de autoria de Manoel Pereira dos Anjos direcionada ao chefe de polícia interino de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, em 5 out. 1871.

¹³ APES. Fundo: SP¹. Pac. 301. Ofício do delegado de polícia em exercício de Japarutuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel Maria do Amaral, de 5 out. 1871.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*

soas que se prestou ao serviço de coiteiro estaria disposta a correr os riscos diante da necessidade de suprir uma suposta carência de mão de obra em suas propriedades. Mesmo sem negar essa intenção, a análise da prática do acoitamento a partir da perspectiva dos próprios escravizados vem permitindo ampliar a compreensão a respeito dela, demonstrando ainda como estes se aproveitaram e negociaram acordos com os coiteiros (REIS, 2008, p. 366).

No caso envolvendo Tavares e os quilombolas acoutados e acoitados nos matos do São José, ao que parece, a política de aliança que aproximou o primeiro dos segundos devia estar muito mais centrada na possibilidade desse senhor se proteger ou obter alguma espécie de proveito dos crimes que eram praticados pelos seus “inquilinos”, do que do uso deles enquanto mão de obra. Tal aproximação, supõe-se, se constituiu a partir de uma aliança pretérita entre os escravizados das senzalas desse engenho e os do quilombo; em agosto de 1871, o delegado de Divina Pastora suspeitava que dois escravizados pertencentes a comunidades das senzalas do São José estariam a praticar roubos de cavalos para, depois, negociá-los com os quilombolas.¹⁶ Em razão dessas alianças, os matos do engenho São José pareciam ser, naquele momento, o ambiente mais seguro para os quilombolas se acoutar; e a Secretaria de Polícia de Sergipe estava agora sabendo disso, mesmo que com certo atraso.

No dia 6 de novembro de 1871, um “mandado de busca e prisão de escravos fugidos” do delegado de Rosário ordenou que o destacamento ali aquartelado percorresse “as estradas e matas” daquele termo; “desde o povoado do Rancho até os engenhos Santa Bárbara e Serra Negra”. Também se ordenou que, em caso de resistência e/ou evasão, se empregasse os meios necessários para prendê-los, nem que para isso precisasse persegui-los para além do perímetro daquela vila.¹⁷ Os engenhos Santa Bárbara e Serra Negra estavam dispostos não muito distantes do São José, o que indica que, durante o percurso, os soldados deveriam inspecionar os seus matos.

O depoimento da quilombola de nome Limôa, prestado pouco depois de ela se entregar nas senzalas do Engenho Poções, em novembro de 1871, permite perceber alguns aspectos importantes sobre a comunidade que estaria a residir nos matos do São José. Limôa se manteve na condição de quilombola por cinco meses. Nesse período, ela residiu em um dos ranchos do São José com outros vinte escravizados fugidos.¹⁸

No seu auto de perguntas, constam não apenas os nomes de cada um deles, mas ainda os dos seus senhores e/ou das propriedades de onde se evadiram. Segundo Limôa, estaria ali José Leocádio, com quem ela passou a se relacionar amorosamente; Venceslau, que escapara do Engenho Bom Jardim; o “mulato moço” Bacurau; Inocência, Filho, Arcanjo e Sinphorosa, evadidos do Engenho Serra Negra; João Mulungu, evadido do Engenho Mulungu e quem estaria a comandar os demais; Antônio, que se evadiu do Engenho Junco; o mulato Guilherme,

¹⁶ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado em exercício da Vila de Divina Pastora, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, em 22 ago. 1871.

¹⁷ APES. Fundo: SP¹. Pac. 176. Mandado de busca e prisão de escravos fugidos, de 6 nov. 1871.

¹⁸ APES. Fundo: SP¹. Pac. 176. Auto de perguntas feitas a escrava Limôa, de 9 de nov. 1871.

que dizia ser de propriedade de um senhor morador do termo de Laranjeiras; Marcolino, de propriedade do doutor Domingos, de Laranjeiras; José, evadido do Capitão Isaac, morador na vila de Japarutuba; o crioulo Luís, pertencente a Thomas d'Aquino, do termo de Rosário; o crioulo Jacinto, do Engenho Poções; Barnabé, do Engenho Oitocentas; Vicência e Francisca, as quais não sabiam dizer a quem pertenciam e nem de onde escaparam; e Thomasia e Luiza, que escaparam, respectivamente, dos engenhos Santa Bárbara e Jurema.¹⁹

Tratava-se, assim, de uma comunidade composta especialmente por escravizados do sexo masculino que escaparam de senhores e propriedade situadas no Vale do Cotinguiba, a maioria delas não muito distante do São José. Muito embora Limôa deixasse entender que esses escravizados e escravizadas estavam reunidos em um único rancho, existiam ainda muitos outros. No caso do Quilombo do São José, os seus ranchos se estendiam por um raio espacial que ia muito além do perímetro desse engenho. Ou seja, o que aqui denominamos enquanto Quilombo do São José era, na verdade, um aglomerado de pequenos ranchos dispostos nos matos do Engenho São José e em outras propriedades açucareiras do Vale do Cotinguiba, que estavam sendo usados, simultaneamente, como abrigo por uma mesma comunidade quilombola.

Não restam dúvidas, por outro lado, que eram nos matos do São José onde estaria situado o maior rancho, aquele que se constituía como o principal elo de comunicação com os demais. Quando questionada se os quilombolas que ela acabara de mencionar no seu depoimento estavam ainda acoutados nos matos do São José, Limôa respondeu que eles viviam “dia nas matas daquele engenho, ora nas matas do engenho Limeira”. Também indicou que ela, o seu amasio José Leocádio e outros dois quilombolas procuravam se conservar mais “em um rancho [situado] nos matos do engenho Bom Sucesso”, e dali “iam ao grande rancho de São José”.²⁰

Tanto o São José como o Bom Sucesso eram engenhos próximos, situados na vila de Rosário de Catete. Já o Limeira estava situado em Divina Pastora. Inclusive, estaria ali escondida a maioria dos quilombolas que escapou daquele cerco promovido pelas delegacias de Capela, Japarutuba e Rosário do Catete. Um mês e meio após essa desastrosa marcha, o delegado de Rosário indicou que os rumores de que “o quilombo daquele termo” mudara-se “para as matas do engenho Limeira” não eram certos. Suspeitando que os quilombolas permaneciam acoutados nos matos do São José, o dito delegado ordenou que doze praças marchassem, no dia 11 de novembro de 1871, na direção daquele couro. Todavia, assim que alcançaram a cancela do São José, eles avistaram “um grupo de escravos montados e armados” saindo “dos lados das senzalas”, motivo pelo qual resolveram, prontamente, dar ordem de prisão; os quilombolas escapariam pelos matos disparando suas armas contra os soldados.²¹

¹⁹ *Idem.*

²⁰ APES. Fundo: SP¹. Pac. 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, de 9 nov. 1871.

²¹ APES. Fundo: SP¹. Pac. 176. Ofício do Oficial de Justiça, José Pereira da Cru, datado 12 nov. 1871; APES. Fundo: SP¹. Pac. 176. Ofício do delegado de polícia de Rosário do Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Maria do Amaral, em 12 nov. 1872.

O depoimento do crioulo Domingos, capturado no mês de dezembro de 1871 após ser atingido por disparo em uma das nádegas, apresentam novos indícios a respeito da estrutura interna e administrativa do Quilombo do São José. Segundo Domingos, ele residiu por apenas algumas semanas “nos matos do engenho São José”, pois os ataques promovidos contra esse couro o obrigaram a migrar “para terra do [engenho] Bette”, onde existiam outros ranchos. Também disse que existia “mais de um rancho nas matas do São José” e que cada um deles era comandado por um escravizado; ele, por exemplo, residiu em um que “era governado por Agostinho”, onde estariam outros sete quilombolas. Todavia, mesmo sabendo da existência desses outros ranchos, Domingos seria impedido de ir até eles, pois os demais quilombolas passaram a suspeitar “que ele não era um escravo fugido”, mas sim um “espia”, motivo pelo qual acabou, pouco depois, sendo expulso do quilombo.²²

No dia 14 de dezembro de 1871, em correspondência enviada para o comando da Secretaria de Polícia de Sergipe, o delegado de Japarutuba indicou que os espias contratados por ele para darem “notícias certas do quilombo”, revelaram “que os negros não” estavam “mais nas matas deste termo”, e sim nas dos engenhos Bette e Floresta, pertencentes, respectivamente, às vilas de Divina de Pastora e Rosário. Na ocasião, ele indicou ainda a necessidade de manter a sua disposição ao menos “quatro praças”, pois, segundo ele, caso os quilombolas soubessem “da retirada do destacamento”, voltariam sem demora “para as matas do engenho São José”.²³

O elevado poder de deslocamento não era uma característica peculiar do Quilombo do São José. Muitos quilombos que se constituíram na segunda metade do século XIX, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, encontraram na mobilidade uma das suas principais estratégias de sobrevivência. Tal como se indicou nas primeiras páginas deste artigo, Flávio Gomes e Maria Helena P. Toledo Machado (2011, p. 94) denominaram os redutos dotados dessas características enquanto *quilombos volantes*. Vale dizer que, muito embora se recorra aqui a esse mesmo conceito para indicar o poder de mobilidade dos quilombolas residentes nos matos do São José, o itinerantismo promovido por eles preservava, ao que parece, aspectos peculiares.

Em primeiro lugar, o deslocamento e a consequente dispersão dos membros dessa comunidade quilombola era, na maioria das ocasiões, entre ranchos e ambientes predeterminados, onde eles sabiam que encontrariam não apenas o abrigo, mas ainda o apoio de outras pessoas, especialmente das comunidades das senzalas. Um outro aspecto que merece menção seria a manutenção dos princípios comunitários mesmo quando os quilombolas se encontravam dispersos. O deslocamento constante entre ranchos e lugares previamente sabidos permitia que os elos que os uniam se mantivessem sempre atados, mesmo quando um ou outro dei-

²² APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Interrogatório realizado no escravo Domingos, do Barão de Japarutuba, no dia 14 dez. 1871.

²³ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado de Japarutuba, Manoel Pereira dos Anjos, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, de 14 dez. 1871.

xava o quilombo. Também não se pode negar que esse movimento contínuo entre pousos distintos permitiu que muitas outras pessoas acabassem se relacionando e, de certo modo, se integrando àquela comunidade. Muitos escravizados que permaneciam nas senzalas dos engenhos, além de algumas pessoas que residiam no entorno ou um pouco mais distante de onde estavam os seus ranchos, estariam suprindo e contribuindo com a manutenção e a existência do Quilombo do São José.

No início do ano de 1872, a Secretaria de Polícia de Sergipe mostrou-se ainda mais empenhada em debelar os ranchos existentes nos matos do Cotinguiba. Em março desse ano, uma correspondência reservada do Palácio do Governo ordenou que o chefe de polícia cuidasse pessoalmente da “extinção dos quilombos” que empestevam “os municípios de Laranjeiras, Rosário e Maruim”.²⁴ Nesse mesmo mês, o Alferes João Batista da Rocha cercou e, depois, percorreu “as matas dos engenhos Capim-Assú, Várzea Grande e Jurema”, em Rosário do Catete. Muitos “vestígios de ranchos” seriam encontrados nessa marcha, motivo pelo qual acreditou-se que os quilombolas poderiam estar ainda próximos.²⁵

Na mata do Lavrado, ainda nas imediações do Capim-Assú, a marcha encontrou dez ranchos vazios. Um outro “valhacouto” despovoado seria encontrado próximo ao pasto dessa propriedade.²⁶ Segundo João Batista, “sem dúvida” alguma, os quilombolas estavam sendo prevenidos. Suspeitando que eles estariam ainda por perto, João Batista seguiu, sem demora, até o canal do Capim-Assú, onde encontrou alguns escravizados cortando cana e outros dois conversando com um carreiro, os quais ele descobriria depois que “eram do mato”; não era possível presumir, de acordo com ele, “que entre tantos escravos da fazenda e em plena publicidade estivessem dois quilombolas”.²⁷

Três escravizados do Engenho Capim-Assú acabaram sendo intimados a prestarem autos de perguntas naquele mesmo dia. Os interrogatórios ocorreram na casa do delegado de Rosário do Catete, com a presença do próprio chefe de polícia de Sergipe, o qual assumiu o posto de inquiridor. O primeiro a ser interrogado seria Roberto. Quando questionado sobre o que sabia “dos quilombolas que se diz existir nas matas do Capim-Assú, Várzea Grande, São José, Jurema e mais [outros] lugares”, ele disse que existiam “muitos ranchos nos arredores do Capim-Assú” e que os quilombolas estavam constantemente por aquelas cercanias.²⁸

O depoimento da escravizada Florinda, segunda a ser inquirida, permite compreender melhor como aqueles dois quilombolas conseguiram se passar como pertencentes às senzalas do Capim-Assú. Florinda indicou que não os conhecia e que apenas soube que eles iam

²⁴ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do Palácio do Governo de Sergipe, de 6 mar. 1872.

²⁵ APES. Fundo: SP¹. Pac. 75. Ofício do Alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Joaquim Barbosa Lima, de 10 mar. 1872.

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem.*

²⁸ APES. Fundo: SP¹. Pac. 75. Autos de perguntas ao escravo Roberto, aos 10 mar. 1872.

do Engenho Pati para o Jurema.²⁹ Quanto a uma possível relação entre os escravizados do Capim-Assú e outros quilombolas, Florinda procurou, ao que parece, esconder do seu inquiridor que possuía qualquer relação com eles. Todavia, em um segundo momento do auto, pouco depois do escrivão registrar que estava dando por encerrado o rito de inquérito, algo aconteceu que Florinda passou, em seguida, a dizer o nome de alguns quilombolas, os quais, de acordo com ela, estariam reunidos “nas Capoeiras do Lavrado” pouco antes da marcha aportar no Capim-Assú.³⁰

Teria Florinda recebido alguma espécie de coação e/ou coerção para que revelasse, realmente, o que sabia a respeito da rede de apoio prestada pelos escravizados do Capim-Assú aos quilombolas? Muito provavelmente sim. Inclusive, o mesmo, supõe-se, aconteceu com o escravizado Felipe, último a ser interrogado. Não obstante o escrivão registrar que Felipe respondera que nada sabia e que não conhecia nenhum quilombola, e nem mesmo onde estavam os seus ranchos, ele, pouco depois, “resolveu declarar” que conhecia sim alguns deles. Também disse que os quilombolas costumavam aparecer armados no Capim-Assú e os que estavam mais munidos eram os acoutados nos matos do Limeira.³¹

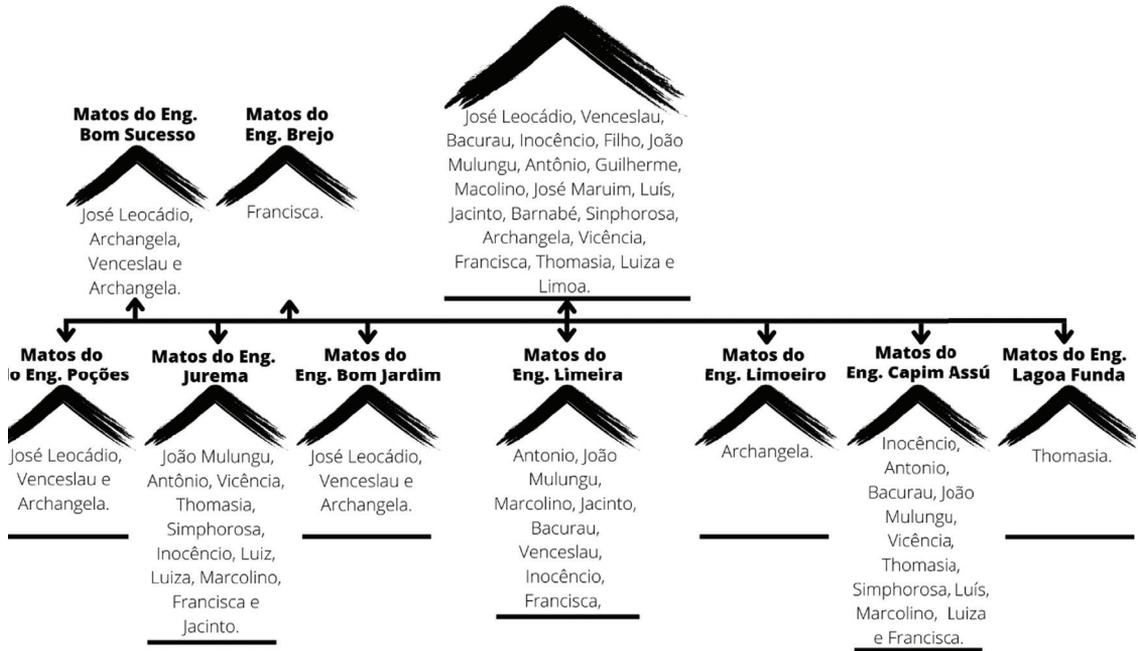
Roberto, Florinda e Felipe não acabaram sendo intimados a depor aleatoriamente. Tinham muito a dizer, não obstante procurassem, supõe-se, esconder, em um primeiro momento, o que sabiam sobre a relação entre os escravizados do Capim-Assú e os quilombolas. Os matos dessa propriedade eram um outro ambiente muito visitado pelos quilombolas do São José. Inclusive, para que se possa compreender melhor quais eram os destinos alcançados pelos integrantes dessa comunidade, procurou-se cruzar aqui os nomes dos quilombolas mencionados nos autos de perguntas de Limôa, Roberto, Florinda e Felipe com os contidos em outros documentos produzidos ainda no âmbito da Secretaria de Polícia de Sergipe. Isso permitiu apontar onde estavam situados parte dos ranchos que compunha a estrutura do Quilombo do São José:

²⁹ *Idem.*

³⁰ APES. Fundo: SP¹. Pac. 75. Auto de inquérito à escrava Florinda, aos 10 mar. 1872.

³¹ APES. Fundo: SP¹. Pac. 75. Auto de perguntas ao escravo Felipe, aos 10 mar. 1872.

Figura 1: Quilombolas que residiam nos matos do engenho São José e que, concomitantemente, usavam os ranchos dispostos nos matos de outros engenhos como abrigos



Fontes: APES. Fundo: SP¹. Pac.: 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, em 9 de novembro de 1871; APES. Fundo: SP¹. Pac.: 705. Autuação do auto de perguntas procedido nos escravos quilombolas Maurício e Joana, em 3 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pac.: 705. Auto de perguntas à escrava Joana, em 13 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pac.: 75. Autos de perguntas feitas aos escravos Roberto, Florinda e Felipe, em 10 de março de 1872; APES. Fundo: SP¹. Pac.: 296. Ofício do Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, delegado de Laranjeiras, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, em 10 de maio de 1873; APES. Fundo: SP¹. Pac.: 296. Ofício do delegado e comandante da vila da Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Casimiro de Sena Madureira, em 1º de outubro de 1874. Ilustração desenvolvida pelo autor a partir dos dados obtidos na documentação acima mencionada.

Todos esses ranchos eram contemporâneos aos ranchos do São José e se encontravam distribuídos espacialmente entre Laranjeiras, Capela, Divina Pastora e Rosário do Catete. No mapa a seguir, elaborado a partir de um recorte da região do Vale do Cotinguiba dentro da carta corográfica desenvolvida pelo engenheiro João Bloem no ano de 1844, pode-se perceber onde estava posicionada parte desses ranchos, inclusive o São José.³² Muitos dos escravizados indicados acima eram oriundos de propriedades situados nos arredores desses ranchos. Há, no entanto, indícios de que parte dos integrantes dessa comunidade quilombola se acoutou ainda em ranchos dispostos nas matas de outros engenhos, inclusive alguns deles não indicados no mapa exposto abaixo.

³² Carta corográfica para a divisão das comarcas, termos e municípios da província de Sergipe Del Rey, organizada por João Bloem em 1844.

Isso implica dizer que pequenos ranchos, usados mais esporadicamente como abrigos, passaram para a condição de principais pousos como, por exemplo, os situados nos matos dos engenhos Capim Assú e Limeira, dispostos, respectivamente, em Rosário do Catete e Divina Pastora, para onde seriam redirecionadas as novas marchas policiais. No dia 13 de março de 1872, uma nova investida contra os matos do Engenho Capim-Assú capturou dois quilombolas.³³ Segundo o delegado de Rosário de Catete, o número de apreensão de quilombolas só não acabou sendo maior por que o próprio espia que estava a orientar essa marcha pelos matos dera “alguns anúncios ao grosso do coito”.³⁴ Três dias depois, uma nova marcha seria empreendida, dessa vez contra os matos do Engenho Floresta, ainda em Rosário. No decorrer da operação, os praças encontraram “muitos ranchos e vivos vestígios” de que eles estavam sendo usados como morada, porém não se avistou “um só escravo”. O motivo do malogro dessa operação seria o aviso prestado aos quilombolas pelos escravizados das senzalas do Engenho Floresta.³⁵ Um dia depois, uma outra marcha cercou os “canaviais do engenho Periperi”, também nas imediações da vila de Rosário de Catete. Lá, seriam encontrados “seis ranchos” abandonados e muitos resíduos e vestígios que denotavam um pouso recente. Segundo o delegado, o autor do “aviso” dado “a esse rancho” seria um escravizado de nome Felix.³⁶

Em consequência da comunicação e dos elos entre as comunidades da senzala e do quilombo, muitas marchas concluíam as suas inspeções nos matos com a sensação de que estavam apenas empurrando as problemáticas emanadas diante da presença dos quilombos para os distritos circunvizinhos. Todavia, a própria regularidade com que essas marchas percorriam os matos do Vale do Cotinguiba estava contribuindo para minar essa rede de apoio, visto que os pousos dos quilombolas passariam a ser, cada vez mais, incertos.

José Leocádio, o mesmo que Limôa indicou ser seu amasio, ao ser capturado em abril de 1872, revelou que deixou os ranchos nos matos dos engenhos São José, Bom Sucesso e Poções após os constantes ataques deitados contra eles, passando, a partir de então, a não mais possuir “lugar certo de estada”. Teria ele sido capturado por um destacamento com o qual se deparou enquanto se dirigia para o engenho Coité.³⁷ Vale salientar que uma denúncia do delegado de Rosário do Catete, datada de meados de 1872, indicou que nas “senzalas do engenho Coité” estariam escondidos “alguns escravos fugidos”, entre os quais “o mais célebre e perigoso de todos os quilombos”.³⁸

³³ APES. Fundo: SP¹. Pac. 705. Autos de perguntas à escrava Joana, 13 mar. 1872.

³⁴ APES. Fundo: SP¹. Pac. 705. Ofício do delegado de Rosário de Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia Interino de Sergipe, doutor Joaquim Barbosa Lima, de 15 mar. 1872.

³⁵ *Idem*.

³⁶ APES. Fundo: SP¹. Pac. 705. Ofício do delegado de Rosário de Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia Interino de Sergipe, doutor Joaquim Barbosa Lima, de 17 mar. 1872.

³⁷ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Auto de perguntas feita ao escravo Leocadio, conhecido por José Boi, em 28 abr. 1872.

³⁸ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado de polícia de Rosário do Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia interino de Sergipe, dr. Francisco Gonçalves Martins, de 1º jul. 1872.

Em meados de 1872, parte dos antigos integrantes da comunidade do São José não mais se encontrava na condição de quilombola. Os poucos que continuavam a residir e resistir nos matos se encontravam reunidos nos matos do Engenho Limeira. Em um auto de perguntas procedido contra o quilombola Francisco, capturado no dia 21 de dezembro de 1872, em um rancho nos matos do Engenho Lagoa Grande, descobriu-se que quatro antigos moradores do São José estiveram, por alguns dias, acoutados nesse couito. Tais quilombolas, no entanto, semanas antes, deixaram esse pouso e partiram para “se agregar” a um outro existente nos matos do Engenho Limeira, onde estaria reunido “um grande número de escravos fugidos sob a direção” de Venceslau e João Mulungu.³⁹

O pouso nos matos do Engenho Limeira era mais antigo do que o próprio rancho do São José. Muito provavelmente, parte dos quilombolas que passaria a acoutar-se, a partir de meados de 1871, nos matos dessa propriedade estava a escapar de uma série de ataques promovidos nos arredores da Vila de Divina Pastora, principalmente nas imediações do Engenho Limeira. O que motivaria então os quilombolas a elevar o que parecia ser um antigo e pequeno rancho, usado apenas, esporadicamente, como abrigo, ao *status* de principal pouso? Lá, os quilombolas encontraram condições de cumplicidade – para além dos naturais – equivalentes às encontradas nos matos do São José. Há denúncias que apontam que o próprio dono do Engenho Limeira, o Comandante Superior João Maria de Araújo Nabuco, “não se importava” com “a reunião de quilombolas” nas matas da sua propriedade, como declarou uma escravizada.⁴⁰ Também existiam queixas de que o então juiz municipal de Divina Pastora estaria sendo não apenas omissos no combate a esses quilombolas, como estaria ainda a impedir que qualquer operação pudesse marchar na direção do Limeira, como se pode notar na denúncia abaixo, de autoria do delegado de Divina Pastora, João Batista da Rocha Banha, encaminhada ao chefe de polícia de Sergipe:

o principal coito dos quilombos neste Termo [Divina Pastora] é o Engenho Limeira, propriedade do senhor Coronel João Maria de Araújo Nabuco, e pertencendo o senhor Juiz Municipal José Gomes ao grupo daqueles. Senhor, daí vem a má vontade contra a minha pessoa, porque obedeci às determinantes ordens de Vossa Excelência e tendo ido buscar nos matos do referido engenho onde tenho encontrado todas as provas da existência dos quilombos aí.⁴¹

Todo esse apoio, quando somado à solidariedade prestada pela comunidade das senzalas daquele engenho, denotava que os matos do Limeira eram, sim, o melhor lugar para se abrigar, ao menos por enquanto. No início do ano de 1873, o Alferes João Batista, que demonstrara muito empenho no combate aos redutos quilombolas dispostos em Rosário do

³⁹ APES. Fundo: SP¹. Pac. 178. Auto de perguntas feitas ao escravo Francisco, em 22 dez. 1872.

⁴⁰ APES. Fundo: SP¹. Pac. 373. Auto de perguntas feitas à escrava Ana Rita, do engenho Tábua, em 3 jan. 1873.

⁴¹ APES. Fundo: SP¹. Pac. 298. Ofício de João Batista da Rocha, delegado da vila de Divina Pastora, ao chefe de polícia da província de Sergipe, datado de 17 jan. 1873.

Catete entre os anos de 1871 e 1872, voltaria agora sua atenção principalmente para as matas do Engenho Limeira.

Malgrado a Secretaria de Polícia de Sergipe não estar ainda melhor aparelhada, o empenho de algumas autoridades permitiu que muitos dados sobre os quilombos acabassem sendo acumulados no decorrer daquele período; onde mais se escondiam, com quem se relacionavam, quem os protegia, etc. Muitos desses dados somente puderam ser apurados por meio de autos de perguntas em escravizados das senzalas e em quilombolas recém-capturados, e João Batista estava ciente disso.

Logo depois de assumir a delegacia de Divina Pastora, ele convocou as escravizadas Ana Rita e Vicência – a primeira moradora do Engenho Tábua e acusada de ser amasia de João Mulungu, e a segunda moradora do Engenho Bette e acusada de ser amasia do quilombola Mathias – para prestarem depoimentos sobre o que sabiam a respeito dos quilombolas instalados nas matas do Limeira. Segundo Ana Rita, residiam ali “muitos rapazes”, em número capaz “de moer um engenho”. Lá, eles estariam acoutados, mais precisamente, na Mangueira, um lugar dentro “do mesmo engenho” onde os quilombolas permaneciam apenas pela manhã, visto que à noite “iam para as senzalas do Limeira.”⁴² Vicência, que esteve na condição de quilombola durante quase quatro anos e que, durante parte desse período, residiu nos matos do São José, revelou que na Mangueira “não existia ranchos”. Tratava-se de um lugar “dentro do pasto do engenho Limeira” que servia como uma espécie de “fonte e casa de banho” para os quilombolas. Quanto à possibilidade de eles dormirem nas senzalas do Limeira, Vicência respondeu que, na verdade, dormiam em um mato acostado a uma das cercas do pasto”.⁴³ Vicência revelaria ainda que um morador da Vila de Rosário, que costumava sempre estar acompanhado de Venceslau, era quem observava “o movimento das tropas para comunicar os quilombolas”. Este mesmo senhor dava a eles alimentos, “munição para as armas” e “diariamente se achava em reuniões com os quilombolas em seus aposentos”.⁴⁴

O depoimento de Vicência, a qual indicou ao seu inquiridor não estar mais na condição de quilombola, uma vez que se entregara cinco meses antes no Engenho Bette, seria revelador ainda por outros aspectos. Isso porque ela demonstrou que, mesmo residindo agora nas senzalas dessa propriedade, continuou integrada àquela comunidade quilombola, inclusive relacionando-se amorosamente com um dos seus membros.

Quanto à inexistência de ranchos nos matos do Limeira, isso pode ser um indicativo não apenas de que os seus pousos estavam sendo cada vez mais precários e curtos, mas ainda o quanto os contínuos deslocamentos estavam deixando-os mais suscetíveis de serem capturados. No dia 22 março de 1873, o delegado de Rosário do Catete comunicou ao comando da

⁴² APES. Fundo: SP¹. Pac. 373. Auto de perguntas feitas à escrava Ana Rita, do engenho Tábua, de 3 jan. 1873.

⁴³ APES. Fundo: SP¹. Pac. 373. Auto de perguntas feitas à escrava Vicência, do proprietário do engenho Bette, de 4 jan. 1873.

⁴⁴ *Idem*.

Secretaria de Polícia de Sergipe que, “com muita satisfação”, acabara de capturar “o célebre quilombola Venceslau”.⁴⁵ Três dias depois, o novo delegado de Divina Pastora, Tenente Jeremias Roberto, capturaria José Maruim, mais um integrante da antiga comunidade do São José.⁴⁶ Na verdade, essa não era a primeira apreensão de José Maruim, visto que ele acabou sendo preso, ainda no mês de dezembro de 1871, após roubar, com outros quilombolas, uma das senzalas do Engenho Carregosa, do município de Laranjeiras.⁴⁷

Nesse novo inquérito, José Maruim – preso enquanto procurava, mais uma vez, praticar um roubo, dessa vez de galinhas – revelou que não estava mais na condição de quilombola, pois se encontrava prestando serviço de lavoura para um novo senhor, morador da vila de Itabaiana. Todavia, mesmo estando agora residindo na região agreste da província de Sergipe, ele parecia ainda manter, dentro do possível, contato com seus antigos parceiros de rancho. Teria, até mesmo, encontrado com alguns deles dias antes pela estrada da Canabrava que liga até Itabaiana. Na ocasião, estariam os quilombolas João Mulungu, Inocêncio, Cornélio e Maximiano (Bacurau), os quais “vinham corridos do lado do rio São Francisco”, após serem reconhecidos em um “batuque”.⁴⁸

Quando questionado se sabia da existência de algum “rancho de escravos fugidos”, José Maruim respondeu que não iria declarar “os lugares dos ranchos deles em atenção a João Mulungu”. Tomaria essa decisão audaciosa por que este quilombola, em companhia de um outro de nome Barão, o qual estava, naquele momento, morto, o colocou “em liberdade” após quebrar o tronco para onde ele acabou sendo conduzido após ser pego “pelo proprietário do engenho Piedade”.⁴⁹

Tudo indica que José Maruim, após prestar esse novo depoimento, retornou ao poder do seu senhor. Todavia, ele não se conservaria muito em Itabaiana. Isso porque, menos de seis meses após essa sua apreensão, ele seria novamente capturado, dessa vez por um destacamento que estava a “cercar quilombolas nas matas do engenho São José”. Levado, dessa vez, para a casa de prisão de Aracaju, ele respondeu a um outro auto de perguntas, o qual nos permite saber o paradeiro/destino de mais alguns antigos integrantes do Quilombo do São José. Segundo ele, o quilombola de nome Jacinto estava morto, e os poucos que permaneciam na condição de quilombolas estariam agora escondidos nos “matos do engenho Brejo”.⁵⁰

⁴⁵ APES. Fundo: SP¹. Pac. 298. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola, de 22 mar. 1873.

⁴⁶ APES. Fundo: SP¹. Pac. 298. Interrogatório feito pelo delegado de polícia de Divina Pastora, Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, ao escravo José Maruim, em 25 mar. 1873.

⁴⁷ Sobre José Maruim, no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe consta um sumário de culpa que investiga a sua participação em um roubo contra uma das senzalas do engenho Carregosa. Ver: Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe. Fundo: LAR/C. 1º OF. Série: Penal. Subsérie: Sumário de Culpa. Caixa 291, 1870-1878. Sumário de culpa do escravo José, datado de 15 fev. 1872.

⁴⁸ APES. Fundo: SP¹. Pac. 298. Interrogatório feito pelo delegado de polícia de Divina Pastora, Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, ao escravo José Maruim, aos 25 mar.1873.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ APES. Fundo: SP¹. Pac. 393. Ofício do Tenente João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia de Ser-

Menos de dois meses depois, uma diligência contra os matos do Engenho Brejo, em Laranjeiras, capturou a quilombola Francisca.⁵¹ Thomasia seria capturada durante mais uma ação promovida contra os ranchos do São José, dessa vez em setembro de 1873; na ocasião estaria ela residindo com quatorze quilombolas em um dos cinco ranchos encontrados dispersos nos matos desse engenho.⁵² Todavia, Thomasia não demoraria muito a escapar novamente. Em outubro de 1874, ou seja, um pouco mais de um ano depois, ela e Luís, outro integrante dessa comunidade, seriam capturados durante um cerco contra os matos do Engenho Lagoa Funda, da vila da Capela.⁵³

Já o quilombola Maximiano, apelidado de Bacurau, considerado uma das principais lideranças do Quilombo do São José, seria capturado somente em meados de 1875. Levado a prestar depoimento, os questionamentos que ele passou a responder procurariam sobretudo se inteirar acerca do paradeiro do seu principal parceiro, o crioulo João Mulungu. Sobre o lugar onde este quilombola estaria a se esconder, Bacurau, mesmo indicando antes que não existia mais um “aposento certo”, respondeu depois que João Mulungu sempre que estava na Missão da Japarutuba dormia na “roça da casa” de um senhor de nome Lacerda, onde ainda armazenava “o [seu] armamento”. Também disse que era muito comum que ele se escondesse na “senzala da mãe”, no Engenho Quindongá, e na senzala de uma irmã, no Engenho Piedade.⁵⁴ Vale salientar que José Maruim mencionou em um dos seus autos de perguntas que os engenhos que João Mulungu mais detinha “comunicação” era o Piedade, Limeira e Batinga, onde residiam seus parentes.⁵⁵

Trata-se de um erro imaginar que a evasão do cativo promovia o rompimento de laços com aqueles e aquelas que permaneciam nas senzalas. O que se depreende dos casos aqui analisados vai, exatamente, na contramão disso. Fugir parecia ser o meio encontrado por muitos escravizados não apenas para escapar das agruras do cativo, mas ainda para se aproximar de pessoas com as quais a escravidão não permitia um contato mais rotineiro. Os matos do Vale do Cotinguiba seriam cúmplices de muitos encontros como esses. Os quilombos, mais do que pontos de resistência contra a escravidão, seriam ainda lugares onde esses laços seriam reatados, e sonhos renovados.

gipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, de 5 set. 1873.

⁵¹ APES. Fundo: SP¹. Pac. 296. Ofício do delegado de Laranjeiras, Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, de 10 maio 1873.

⁵² APES. Fundo: SP¹. Pac. 393. Ofício do Tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnio, de 4 set. 1873.

⁵³ APES. Fundo: SP¹. Pac. 242. Ofício do delegado e comandante da Vila da Capela, Mathia José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Casimiro de Sena Madureira, de 1º out. 1874.

⁵⁴ APES. Fundo: SP¹. Pac. 346. Autos de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, em 29 jun. 1875.

⁵⁵ APES. Fundo: SP¹. Pac. 298. Interrogatório feito pelo delegado de polícia ao escravo José Maruim, aos 25 mar. 1873.

Quanto a João Mulungu, ele seria capturado no início do ano de 1876, nas imediações do Engenho Flor da Roda, em Laranjeiras, pelo agora Capitão João Batista da Rocha Banha. Tal prisão, no entanto, distintamente do que as autoridades estariam a indicar, não resultaria na extinção dos quilombos de Sergipe.⁵⁶ Tanto a morte de Limôa e Jacinto quanto as capturas de Thomazia, Francisca, Vicência, José Maruim, Venceslau, Maximiano (Bacurau), José Leocádio, Luís e, nem mesmo, de João Mulungu expressavam a derrocada do Quilombo do São José. Muitos outros ranchos, nascidos a partir do processo de desestruturação desse pouso, continuavam a existir e reunir quilombolas. Logo as autoridades perceberiam a precipitação das suas comemorações e as interromperiam para rumar, mais uma vez, na direção dos matos do Vale do Cotinguiba.

Fontes documentais

ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO DE SERGIPE. Fundo: LAR/C. 1º OF. Série: Penal. Subsérie: Sumário de Culpa. Caixa 291, 1870-1878. Sumário de culpa do escravo José, 15 fev. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹ - Ofícios recebidos e expedidos pela Secretaria de Segurança Pública. Pacotilha: 373. Ofício do Capitão Comandante da Força de Rosário do Catete, João Esteves de Freitas, ao chefe de polícia de Sergipe, Joaquim Barbosa Lima, 15 mar. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado de Divina Pastora ao chefe de polícia de Sergipe, 29 jun. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. SP¹. Pac. 178. Ofício do segundo suplente do delegado de Divina Pastora, Veríssimo Antonio de Melo, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Alexandre Pinto Lobão, 10 ago. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado em exercício da Vila de Divina Pastora, ao chefe de polícia de Sergipe, Alexandre Pinto Lobão, 22 ago. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 301. Correspondência do Palácio do Governo da Província de Sergipe, 1º Seção, 5 set. 1871, n. 154.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 373. Ofício do Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, comandante do destacamento da Vila de Capela, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, 23 set. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 301.

⁵⁶ Relatório com que o Exmo. Snr. Presidente, dr. João Ferreira d'Araújo Pinho, abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe, no dia 1º mar. 1876, p. 12.

Correspondência de autoria de Manoel Pereira dos Anjos direcionada ao chefe de polícia interino de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, 5 out. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 301. Ofício do delegado de polícia em exercício de Japarutuba, Manoel Dias de Almeida, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel Maria do Amaral, 5 out. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 176. Mandado de busca e prisão de escravos fugidos, 6 nov. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 176. Auto de perguntas feitas à escrava Limôa, 9 nov. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 176. Ofício do Oficial de Justiça, José Pereira da Cru, 12 nov. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Interrogatório realizado no escravo Domingos, do Barão de Japarutuba, 14 dez. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado de Japarutuba, Manoel Pereira dos Anjos, ao chefe de polícia de Sergipe, Manoel Maria do Amaral, 14 dez. 1871.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac.: 705. Autuação do auto de perguntas procedido nos escravos quilombolas Maurício e Joana, 3 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do Palácio do Governo de Sergipe, 6 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 75. Ofício do Alferes João Batista da Rocha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Joaquim Barbosa Lima, 10 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 75. Autos de perguntas ao escravo Roberto, 10 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 75. Auto de inquérito à escrava Florinda, 10 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 75. Auto de perguntas ao escravo Felipe, 10 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac.: 705. Auto de perguntas à escrava Joana, 13 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 705. Ofício do delegado de Rosário de Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia Interino de Sergipe, doutor Joaquim Barbosa Lima, 15 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 705. Ofício do delegado de Rosário de Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia Interino de Sergipe,

doutor Joaquim Barbosa Lima, 17 mar. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Auto de perguntas feitas ao escravo Leocadio, conhecido por José Boi, 28 abr. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Ofício do delegado de polícia de Rosário do Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia interino de Sergipe, dr. Francisco Gonçalves Martins, 1º jul. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 176. Ofício do delegado de polícia de Rosário do Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Maria do Amaral, 12 nov. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 178. Auto de perguntas feitas ao escravo Francisco, 22 dez. 1872.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 373. Auto de perguntas feitas à escrava Ana Rita, do engenho Tábua, 3 jan. 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 298. Ofício de João Batista da Rocha, delegado da vila de Divina Pastora, ao chefe de polícia da província de Sergipe, 17 jan. 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 373. Auto de perguntas feitas à escrava Vicência, do proprietário do engenho Bette, 4 jan. 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac.: 296. Ofício do Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, delegado de Laranjeiras, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, 10 maio 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 298. Ofício do delegado de Rosário do Catete, João da Silva Mainart, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola, 22 mar. 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 298. Interrogatório feio pelo delegado de polícia de Divina Pastora, Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, ao escravo José Maruim, 25 mar. 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 296. Ofício do delegado de Laranjeiras, Tenente Jeremias Roberto de Carvalho, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, 10 maio 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 393. Ofício do Tenente João Batista da Rocha Banha ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnio, 4 set. 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 393. Ofício do Tenente João Batista da Rocha Banha, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Manoel José Espínola Júnior, 5 set. 1873.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 242. Ofício do delegado e comandante da Vila da Capela, Mathia José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Casimiro de Sena Madureira, 1º out. 1874.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac. 346. Autos de perguntas feitas a Maximiano, escravo de José Nobre da Cunha, 29 jun. 1875.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE. Fundo: SP¹. Pac.: 296. Ofício do delegado e comandante da vila da Capela, Mathias José dos Santos, ao chefe de polícia de Sergipe, dr. Casimiro de Sena Madureira, 1º out. 1874.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE SERGIPE. Relatório de autoria de Antero Cícero d'Assis, chefe de polícia de Sergipe, 10 jan. 1867, anexado ao relatório com que foi aberta, no dia 21 jan. 1867, a segunda sessão da décima sexta legislatura da Assembleia Provincial da Província de Sergipe pelo exmo. snr. presidente dr. José Pereira da Silva Moraes, 1867, p. 7-8. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=56&cs=0&cv=83&r=0&xywh=-1330%2C0%2C4339%2C3061>. Acesso em: 25 set. 2023.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA DE SERGIPE. Relatório com que o ismo. exmo. snr. dr. Evaristo Ferreira da Veiga passou a administração da província de Sergipe ao ismo. exmo. snr. Barão de Propriá, no dia 17 jun. 1869. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=62&cs=0&cv=17&r=0&xywh=-1380%2C-168%2C4726%2C3334>. Acesso em: 23 set. 2023.

Referências

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMANTINO, Marcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (1860-1900)*. Salvador; Aracaju: Edufba; Diário Oficial, 2012.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 259-297, dez. 2012.

FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Interiorização e os quilombos

- em São Paulo nos séculos XVIII e XIX. *Iberoamericana*, Madri, n. 42, p. 93-109, jun. 2011.
- LARA, Sílvia Hunold. O território dos Palmares: cartografia, história e política. *Afro-Ásia*, n. 64, p. 12-50, 2021.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1981.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Dandara, 2022.
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em terras de Sergipe no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, n. 31, p. 31-43, 1992.
- SANTOS, Maria Nely. *A sociedade libertadora*. “Cabana do Pai Thomaz”, Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias. Aracaju: J. Andrade, 1997.
- SCHWARTZ, Stuart B. Repensando Palmares: resistência escrava na Colônia. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. p. 19-261.
- RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 164-192.
- REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 332-372.